

3. Sociedade, instituições e militares

Quem escolhe hoje seguir a carreira das armas no nosso país, em particular ingressando no Exército Brasileiro como oficial de carreira, aprende nas primeiras instruções na caserna que os pilares do Exército são a hierarquia e a disciplina. Logo a seguir aprende o que são os valores militares. Na lista publicada no *Vade-Mécum* de número dez (VM 10), outorgado pelo Comandante do Exército, constam apenas seis valores, referenciais fixos, fundamentos imutáveis e universais, considerados suficientes para distinguir o perfil que se espera de um integrante da Força Terrestre. Esses valores militares são: patriotismo, civismo, fé na missão do Exército, amor à profissão, espírito de corpo e aprimoramento técnico-profissional.

O que se pretende refletir neste capítulo, balizado pelas Ciências Sociais, advém das dúvidas: será que o soldado brasileiro mudou e passou a ser incompatível com os valores militares fixos, fundamentos imutáveis e universais? Será que os efeitos da pós-modernidade podem ser sentidos também na carreira militar, no perfil dos seus integrantes?

Para o comando do Exército é certa a definição de “carreira militar”:

A carreira militar não é uma atividade inespecífica e descartável, um simples emprego, uma ocupação, mas um ofício absorvente e exclusivista, que nos condiciona e autolimita até o fim. Ela não nos exige as horas de trabalho da lei, mas todas as horas da vida, nos impondo também nossos destinos. A farda não é uma veste, que se despe com facilidade e até com indiferença, mas uma outra pele, que adere à própria alma, irreversivelmente para sempre. (SGEx, 2002, capítulo 1)

Para iniciarmos a busca de respostas para essa questão apresentada serão analisados textos filosóficos, sociológicos e antropológicos de autores consagrados que escreveram acerca da formação da sociedade brasileira, das instituições e dos militares no passado e na atualidade, com destaque para a expressão de valores.

3.1.

A construção social e institucional da realidade

Berger e Luckmann²⁹ dizem que em qualquer sociedade somente uma parcela pequena de pessoas preocupa-se com a produção de teorias. A maioria apenas aprende, pratica e desfruta dessas teorias formuladas. Essa vida não teórica conforma o senso comum, o que é vivido por todos sem a percepção de ideias. Para o entendimento de uma sociedade é necessário buscar entender a estrutura do mundo do sentido comum da vida cotidiana.

Durkheim diz que a primeira regra, para esse entendimento a fundamental, deve ser considerar os fatos sociais como coisas e Weber observou que o objeto de conhecimento para a sociologia é o complexo de significados da ação, significados esses que são subjetivos. Portanto, para a adequada compreensão da realidade vivida por uma sociedade deve-se investigar a maneira pela qual esta realidade é construída.

Diante do exposto acima, investigar sociologicamente a parcela da sociedade brasileira formada pelos oficiais do Exército Brasileiro, a construção da identidade desse grupo, torna-se tarefa especialmente árdua para um investigador que precisa ser isento e imparcial, porém, também tem a marca de pertencer a este universo, de ter sofrido e vivenciado todo o processo de aquisição da cultura militar sob um regime de internato ao longo de quatro anos na AMAN, que pode ser considerada um exemplo de instituição totalizante segundo Goffman. Berger salienta que “A vida cotidiana apresenta-se como uma realidade interpretada pelos homens e subjetivamente dotada de sentido para eles na medida em que forma um mundo coerente.” (Berger, p. 35) Posso afirmar que o mundo da caserna é percebido como extremamente coerente por um militar. Aliás, é percebido como mais coerente e melhor que o mundo dos civis. Celso Castro verificou isso quando investigou os cadetes³⁰ em 1987.

²⁹ Peter L. Berger e Thomas Luckmann – 1966. *A construção social da realidade*. Editora Vozes, 34ª Edição

³⁰ Cadete – aluno da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), estabelecimento de ensino superior responsável pela formação básica dos oficiais de carreira combatentes no Brasil.

Por exemplo, enquanto os militares seriam em geral ativos, disciplinados, respeitosos, altruístas e preocupados com a Pátria, os “paisanos” seriam em geral preguiçosos, indisciplinados, individualistas e ocupados apenas com seus próprios interesses.

Ou seja, a mensagem que se transmite é a de que em geral os militares são não apenas diferentes dos civis, mas que também são melhores; uma elite, fundada sobre princípios éticos e morais corretos e sãos. Dentro dessa visão, o modo de vida militar seria superior ao civil porque fundado na experiência da preeminência da sociedade, do conjunto, sobre os indivíduos. A carreira militar é representada como uma “carreira total”, um mundo coerente, repleto de significação e onde as pessoas “têm vínculos” entre si. Essa experiência totalizadora é o núcleo da nova identidade militar, e reafirmada cotidianamente através do companheirismo que se desenvolve entre os cadetes nas atividades físicas, nos alojamentos, nos exercícios militares e em outros momentos do dia-a-dia na AMAN. (Castro, 2004, p. 83e 84)

O regime de internato promove o contato pleno e constante entre cadetes dos diversos anos com oficiais instrutores. Até 2011, o curso tinha duração de quatro anos em Resende/RJ e passou para cinco anos a partir de 2012, sendo que o primeiro ano ocorre agora em Campinas/SP.

A realidade da vida cotidiana está organizada em torno de “aqui” de meu corpo e do “agora” do meu presente. Este “aqui e agora” é o foco da minha atenção à realidade da vida cotidiana. Aquilo que é “aqui e agora” apresentado a mim na vida cotidiana é o *realissimum* de minha consciência. (Berger, p. 38 e 39)

Esse contato pleno entre cadetes e oficiais instrutores dá naturalidade e realismo ao cotidiano. Ao chegar na AMAN o cadete observa o comportamento dos demais que lá estão e absorve por osmose a cultura militar. Daniela Wortmeyer, capitão psicóloga que trabalha na AMAN, pesquisou cadetes entre 2005 e 2007 para seu mestrado e observou que a socialização ocorre centrada em torno das práticas mais do que em crenças e valores. Para a pesquisadora, a capacitação dos agentes de socialização também deveria merecer especial atenção, pois nem todos os instrutores observados tinham a real percepção dos objetivos centrais do processo de socialização. Ela indica como desafio a busca enfática dos valores essenciais da organização na condução do processo de socialização, possibilitando maior flexibilidade na atuação dos sujeitos quanto a aspectos superficiais da cultura.

3.2. A sociedade brasileira

Euclides da Cunha³¹ faz um profundo apanhado da formação da sociedade brasileira destacando aspectos importantes para entendermos os valores cultuados por brancos, negros e índios que habitaram nossas terras a partir de 1500 e nos quatrocentos anos seguintes.

Até o início do Século XX era comum a teoria do Determinismo de Taine, segundo o qual o homem era produto do meio ambiente, da raça e do momento histórico. Além do Determinismo, Euclides expressa claramente seu racismo, também muito acreditado em seu tempo. Mesmo tendo escrito segundo esses dois princípios abandonados hoje, sua obra é útil para entendermos os valores dos habitantes do Brasil nos seus primeiros quatro séculos.

O autor afirmava que não tínhamos unidade de raça e que nunca teremos. A mistura das três raças: o português branco, o escravo negro e o índio amarelo, dá um tipo desequilibrado, possuidor de rudimentar moralidade resultando no pardo. Ele também escreve acerca do mulato, cariboca, cafuz, sertanejo, gaúcho e jagunço (visão racista).

A variabilidade do meio físico (Determinismo do meio ambiente) também é apresentada para mostrar dois brasis diversos: o do Norte e o do Sul. Surgem histórias distintas para as duas partes. No Norte maior agitação, porém sem fecundidade, no qual os costumes eram importados da Europa, capitânias esparsas, com mesma rotina, amorfas. No Sul surgiam novas tendências, maior vigor no povo que era mais prático e aventureiro, progressista por fim.

Surge a figura do ‘Paulista’ como fruto das terras do Rio de Janeiro, Minas, São Paulo e regiões do Sul. Era um tipo autônomo, aventureiro, rebelde, libérrimo, dominador da terra, insurreto, formador das “Bandeiras”. O sulista vivia alheio à luta contra os invasores holandeses do Norte. Sua luta era contra a metrópole portuguesa. Daí surge um aspecto interessante de nossa história que é a ausência de patriotismo como valor, já que, naquele momento, Século XVII, não havia sentimento comum entre os habitantes em relação ao Brasil como Nação.

³¹ Na obra “Os Sertões”, publicada em 1902 - segunda parte chamada “O homem”.

Os habitantes do Norte se uniram para combater o batavo, enquanto os habitantes do Sul aproveitaram o momento para buscar autonomia regional, dando o reinado de um minuto³² a Amador Bueno. Na visão de Euclides da Cunha, os interesses eram regionais e não nacionais. Cabe a comparação dessas ideias apresentadas da obra de Euclides com o texto a seguir extraído do site oficial do Exército Brasileiro sobre sua história:

Em verdadeira simbiose da organização tática portuguesa com operações irregulares, índios, brancos e negros formaram a primeira força que lutou e expulsou os invasores do nosso litoral. Portanto, a partir da memorável epopéia de Guararapes (1648), não havia apenas homens reunidos em torno de um simples ideal de libertação, mas sim, as bases do Exército Nacional de uma Pátria que se confirmaria a 7 de setembro de 1822.
([Http\\:www.exercito.gov.br/01inst/Historia/index.htm](http://www.exercito.gov.br/01inst/Historia/index.htm))

Continuando a busca para entender os valores da sociedade brasileira na sua formação, é interessante estudar Vianna Moog em sua obra “Bandeirantes e Pioneiros”, escrita por esse gaúcho entre 1954 e 1955. No capítulo III descreve a teoria do “mazombo”. Filho de Português, porém nascido no Brasil, o mazombo era uma categoria social a que ninguém queria pertencer. Era um brasileiro sem vontade de ser brasileiro. Aliás, o termo “brasileiro” era apelido dado, nos primeiros anos de colonização, ao português que voltava do Brasil para Portugal com fortuna, porém já marcado moral e psicologicamente pelo que viveu no Novo Mundo. Fato semelhante aconteceu com o espanhol que voltava rico das Índias Ocidentais, sendo apelidado de indiano.

Voltando ao mazombo, o que lhe caracteriza em termos de valores, ou melhor, a falta de valores, era a ausência de gosto pelo trabalho, descaso por tudo que não fosse a fortuna rápida, falta de iniciativa e a falta de pertencimento a grupo ou local. Na verdade era um forasteiro de alma. Seu sentimento era o de pertencer à Europa, porém seu corpo tinha nascido no Brasil. Esse termo pejorativo de mazombo permaneceu em uso até o início do Século XX, caducando depois até o esquecimento, mas os sentimentos de derrotismo, imoralidade,

³² Quando D. João IV de Bragança assumiu o trono de Portugal em 1640, no ano seguinte Amador foi aclamado rei em São Paulo pelo poderoso partido de influentes e ricos castelhanos, porém o próprio Amador Bueno recusou a honra, e com a espada desembainhada, deu vivas, como leal vassalo, ao rei de Portugal, em quem se restaurava a monarquia portuguesa depois de sessenta anos de União Ibérica.

tristeza e indiferença pelas coisas nacionais não desapareceram de todo no brasileiro filho ou neto de português.

É coerente dizer que Vianna não era determinista como o foi Euclides da Cunha. Para Vianna não existia nada de estrutural ou hereditário em matéria de caráter. O mazombo “era apenas vítima inconsciente de suas heranças culturais”. (Moog, p.109)

No capítulo IV intitulado “Imagem e Símbolo”, Vianna apresenta ideias dos valores cultuados no Brasil entre os Séculos XVI e XX. Partiu da definição de que pioneiro era o homem que cultivava, que construía, que ocupava a terra e permanecia nela e que bandeirante era o extrativista, o que exercia atividades predatórias e depois voltava à sua terra de origem. Vianna mostra que no Brasil a valorização do bandeirante como mito é o que entusiasma. O interessante é que, ao citar os feitos dos bandeirantes, elevam-se características que são do pioneiro. Isso tudo é da menor importância, pois o que vale é o simbolismo da figura do bandeirante. Uma imagem que foi transformada em símbolo. Para Vianna, talvez essa seja a imagem que o brasileiro mais cultua e preza. No Exército se pode verificar um exemplo dessa influência cultural. Em São Paulo, na cidade de Barueri, o nome histórico dado ao Vigésimo Grupo de Artilharia de Campanha Leve é “Grupo Bandeirante”. Uma enorme pintura lá existe, na parede do prédio do comando, a figura de um homem sisudo, um bandeirante, vestido com trajes do Brasil colônia: barba grande, chapéu largo na cabeça, botas nos pés e sua arma, um bacamarte, a tiracolo. A pintura exprime a veneração do bandeirante que serve para inspirar os militares paulistas pelos feitos daqueles antepassados desbravadores de espírito guerreiro do Estado de São Paulo. No distintivo da organização militar também estão presentes os símbolos do bandeirante, representados pelo chapéu e pelo bacamarte no centro da figura abaixo.



Figura 1: Elementos das Bandeiras

A explicação dada por Vianna para a substituição do conceito do pioneiro pelo do bandeirante é decorrente do fato de o bandeirante ter chegado primeiro no Brasil e sua figura já estava instalada na imaginação popular. A partir daí os atributos positivos do pioneiro passaram para o bandeirante como homem de valor, corajoso, destemido, forte trabalhador que ama a sua terra. Tudo isso é mito, visto que o brasileiro ainda apresenta traços marcantes do bandeirante, daquele que busca a fortuna rápida, o individualismo exacerbado, a instabilidade social, a devastação dos recursos naturais antes para atender o mercado externo que o interno.

Percebe-se que Vianna leu a obra *Raízes do Brasil* de Sérgio Buarque de Holanda e no capítulo VI (Sinais dos tempos) critica o conceito de “homem cordial”. Essa crítica é no sentido de que, para Vianna, o homem brasileiro é mais voltado à delicadeza que à cordialidade. O conceito de homem cordial de Holanda será tratado a seguir, mas Vianna concorda que no brasileiro é evidente o que chama de “jeito”, o jeitinho brasileiro. Explica que vem esse “jeito” da necessidade de, no Brasil, vencer-se a natureza tateando, contornando, aguardando as oportunidades, sutilmente. Isso lembra um ditado militar que diz: “Enquanto o mundo gira, o milico se vira!”, no sentido de arrumar um jeito para tudo, de não parar diante de obstáculos. A missão tem que ser cumprida custe o que custar, nisso valendo a criatividade, o jeito.

Agora sim o conceito de homem cordial da obra “*Raízes do Brasil*” pode ser analisado para a melhor compreensão dos valores do homem brasileiro.

Quando se lê o artigo de Rachel Bertol³³ quando o escritor diz concordar que o termo “homem cordial” é ambíguo e que o real sentido é o de um homem superficial, dado às emoções, às coisas do coração, da esfera do íntimo e não à cordialidade no sentido da amenidade no trato. O homem cordial de Buarque pode até ser mau, já que é indiferente às coisas da lei que contraria suas afinidades emotivas. Uma dessas características do homem brasileiro apontada por Holanda, do homem cordial, é a de ter dificuldade em manifestar uma reverência prolongada ante um superior, que é o respeito à hierarquia, uma das bases do militarismo. Isso talvez possa explicar a dificuldade de alguns brasileiros em seguir a carreira das armas que exige o respeito aos superiores, à hierarquia.

Em outro trecho da obra, Holanda afirma “No Brasil é precisamente o rigorismo do rito que se afrouxa e se humaniza.” Há menos de dez anos, a maneira de marchar no Exército foi modificada. Antes era exigido do militar um maior vigor da batida das solas dos pés no chão, agora o marchar é mais leve e o tocar dos pés no chão deve ser quase natural. Será fruto de décadas de falta de uniformidade, de luta contra uma natureza do homem brasileiro?

Para Roberto DaMatta, o verdadeiro problema sociológico é discutir a diversidade entre as instituições (1997, p.34). “O social é, pois, uma espécie de miolo entre o estímulo e a resposta, entre a natureza e o grupo, entre o grupo e a pessoa”. (1997, p.35) Os valores da sociedade podem tomar forma quando ocorre a conscientização de se focar a atenção sobre um elemento em detrimento de outros. É através do estudo dos ritos que se toma ciência desses elementos para a transformação de algo natural em social. “É pela dramatização que tomamos consciência das coisas e passamos a vê-las como tendo sentido, vale dizer, como sendo sociais.” (1997, p. 36)

Antes da dramatização de certos ritos militares, é coerente apresentar alguns dos conceitos expressos nessa obra citada de DaMatta úteis para essa dissertação.

³³ Artigo publicado no Jornal O globo em 13/7/2002 que trata das entrevistas de Sergio Buarque de Holanda em 1958 e 1977.

- O Indivíduo como sendo um ser livre, que tem direito a um espaço próprio, igual a todos os outros homens. Esse indivíduo é regido por leis impessoais que funcionam como instrumento de opressão e controle.

- A pessoa é um ser preso à totalidade social à qual se vincula de modo necessário, é complementar aos outros e não tem escolhas, porém goza por ser reconhecido em seus direitos e privilégios.

- O malandro expressa o paradigma daquele que não respeita os valores de autoridade e poder, mesmo os conhecendo, aproveitando-se deles para seu benefício próprio.

- O caxias é aquele das normas, cumpridor das leis, o certinho.

- O renunciador vem do misticismo, das procissões. Ele rejeita todo o sistema e cria seus próprios valores, sua própria vida.

Para dramatizar e separar os valores do grupo social formado pelos militares do Exército Brasileiro, segue-se um caso real e recente da caserna. Diversos militares compõem as forças de manutenção de paz no Haiti sob o comando da Organização das Nações Unidas (ONU). Participar de uma missão de paz em outro país é considerado um privilégio para um militar. A oportunidade de por em prática certas capacidades só treinadas em exercícios é um grande desafio. É necessário passar por um rigoroso treinamento antes da partida e uma seleção psicológica também. É interessante ver que certos valores militares são colocados à prova durante a missão. Nesse momento as fragilidades do homem se evidenciam e aqueles que não têm certos valores ou que os tem em menor grau, acabam se destacando negativamente perante o grupo. O contato com a miséria de um país desolado pela guerra, a falta de recursos, o calor excessivo, o clima de tensão, o afastamento da família etc., levam o homem ao *stress* em vários níveis. Alguns chegam a pedir para voltar antes do prazo previsto e muitos têm dificuldades de adaptação às suas vidas no retorno ao Brasil.

Em janeiro de 2010 o Haiti sofreu com um forte terremoto que vitimou vinte e um brasileiros. Em junho, Ban Ki-moon, Secretário-Geral da ONU, veio ao Brasil para prestar sua solidariedade aos familiares das vítimas brasileiras. A

cerimônia aberta ao público foi precedida de uma conversa do Secretário-Geral com os familiares das vítimas a portas fechadas. Essa foi a orientação da ONU previamente passada aos oficiais integrantes da organização militar que sediava o evento. Tudo preparado, ensaiado, testado várias vezes, como é costume militar. Na hora combinada, chega Ban Ki-moon e sua equipe cadastrada. Porém, uma autoridade regional da ONU, que não estava prevista nem autorizada para participar da primeira reunião com os familiares, tentou seguir para o salão sendo barrada por um militar responsável pelo protocolo. O caso gerou certo desconforto, mas cai como uma luva para exemplificar uma expressão que Roberto DaMatta apresenta. Foi perfeitamente audível num raio de dez metros a fala da autoridade que parece ter lido o livro do DaMatta, pois usou todas as letras certinhas ao olhar fixamente para o militar do protocolo e bradar: “Sabe com quem está falando?” Se tivesse cessado aí já estaria bom, mas estamos diante de um caso clássico de embate entre um malandro e um caxias. Eis que o militar do protocolo energicamente responde: “Estou cumprindo ordens. Queira se retirar, por favor!!!” A postura dele era ereta, semblante fechado, braços abertos na horizontal, uma mão espalmada e na outra o indicador mostrando a porta lateral de saída. Quem estava perto parou para ver o desfecho da cena. Alguns segundos depois, sob os olhares do militar e de todos os demais presentes, a autoridade virou-se para a porta lateral e mantém sua pose enquanto caminha em direção à saída. Lá fora, ao ser abordada por outro integrante do protocolo que a conduziria para o local da segunda cerimônia aberta a todos, a autoridade exclama: “Não aceito desculpas. Diga ao seu comandante que estou me retirando agora pela desconsideração manifestada a minha pessoa.”

No episódio narrado percebemos claramente os papéis de indivíduo, pessoa, malandro e caxias. Ficou faltando exemplificar a figura do renunciador. Momentos antes do embate entre o malandro e caxias, um repórter fotográfico estava previamente posicionado no local reservado à mídia que faria a cobertura do evento (local para indivíduos). No exato momento em que o Secretário-Geral estava no alcance de sua máquina, outro fotógrafo, esse conhecido no meio militar (conceito de pessoa), posicionou-se na linha de visada para tirar fotos com privilégios, impedindo a atuação dos demais fotógrafos e cinegrafistas. Aquele repórter fotográfico, cumprindo seu papel de renunciador, que cria suas próprias

regras, não hesitou e gritou em alta voz: “Sai da frente seu filho da #&*\$#!!!!” Diante de tamanha clareza, o outro saiu rapidamente, mas continuou desempenhando seu papel de “pessoa” no restante do evento.

As obras dos autores apresentadas acima, seus conceitos e ideias, esclarecem e respondem em bom tom às inquietações apresentadas neste capítulo. Convém reforçar a ideia do filósofo Isaiah Berlin³⁴ quando refuta a verdade única, destaca-a como utopia e apresenta a pluralidade e o entrelaçamento de valores como possíveis e normais no homem.

A desconstrução do mito do patriotismo entre os brasileiros no Século XVII por Euclides da Cunha também merece destaque, pois nos mostra, juntamente com os conceitos de mazombo, bandeirantes e pioneiros de Vianna Moog, a necessidade de entendermos as motivações, os valores dos homens daquela época em busca dos seus interesses pessoais e regionais contra qualquer outro grupo dominador, seja holandês, francês, espanhol ou português.

A falta de rigor em ritos, os conceitos de cordialidade, indivíduo e pessoa presentes nas obras de Sergio Buarque de Holanda e Roberto DaMatta, esclarecem a dificuldade de os brasileiros evidenciarem certos valores cultuados na caserna.

Podemos acrescentar, além da visão de Holanda e DaMatta, outra descrita por um militar. Jarbas Gonçalves Passarinho, trilhou a carreira de oficial do Exército até ao posto de tenente-coronel de artilharia quando passou à política assumindo o cargo de governador do Pará em 1964. Ele escreveu acerca da liderança militar em livro³⁵ editado pela Biblioteca do Exército. Desse livro podemos extrair uma visão de como a oficialidade do Exército percebia os soldados brasileiros dos anos 1980, ou seja, uma visão crítica de uma parcela da juventude brasileira daqueles tempos. Passarinho diz do soldado e, generalizando para o brasileiro, constata que são faltos de civismo. Através dessa falta de civismo à falta de estudo formal. Diz que neles não há garbo. Segundo ele, falta, nos soldados e até nos cadetes, gosto pela apresentação pessoal. Já a iniciativa, o

³⁴ Berlin, Isaiah (1991). *Limites da Utopia*. São Paulo/SP: Companhia das Letras.

³⁵ Passarinho, Jarbas Gonçalves (1987), *Liderança militar*. Rio de Janeiro/RJ: Biblioteca do Exército Editora

desprezo pelo perigo e bom humor eles possuem, além de companheirismo e espírito crítico. Destaca que o sentimento de independência é marcante, cabendo ao líder granjear-lhes a confiança para depois obter seguidores fiéis. Passarinho constatou que o tipo de líder ideal para comandar soldados brasileiros é o do tipo persuasivo, já que o autoritário não teria sucesso diante desse tipo médio de homem brasileiro que conseguia perceber.

A fim de dar luz à pluralidade e evitar a fixação de valores perenemente ao homem, qualquer que seja seu grupo, convém citar Immanuel Kant: “Do madeiro tão torto do qual é feito o homem nada de totalmente reto pode ser talhado”. (Berlin, p.27)

3.3. Teorias do Brasil

O estudo das teorias do Brasil é útil para a organização dos conceitos basilares desta pesquisa. As perspectivas que as Ciências Sociais utilizam para clarificar o processo de formação e evolução do Brasil são particularmente importantes para entendermos o Exército Brasileiro como instituição que tomou forma junto com o Estado, participando dos principais acontecimentos históricos nacionais.

Uma das matrizes das Ciências Sociais para o entendimento do Brasil está posta pela dicotomia entre ordem burguesa e liberalismo político.

Em livro editado em 1978, Santos³⁶ apresenta o surgimento das Ciências Sociais no Brasil que têm se desenvolvido sob a influência de dois processos que descreve como sendo o primeiro de absorção e de difusão interna dos avanços metodológicos gerados nos centros culturais no exterior e o segundo processo como sendo os estímulos produzidos no Brasil pelo desenrolar da história econômica, social e política. Ele ressalta que o importante é a forma como é absorvida e difundida a produção estrangeira e o tipo de interação existente entre os eventos sociais e a reflexão científica.

Na gênese do nosso país como colônia, era Portugal que ditava a forma de absorção e difusão da produção intelectual estrangeira que aqui chegava. Desse

³⁶ Santos, Wanderley Guilherme (1978). *Ordem Burguesa e liberalismo político*. São Paulo/SP: Duas Casas.

fato decorre a importância de se perceber o momento histórico pelo qual passava aquela metrópole. Esse período, conhecido como a Segunda Escolástica Portuguesa, caracterizou-se por ser fiel à Contra-Reforma e por se fechar às conquistas do conhecimento do mundo moderno. As influências jesuíticas é que marcaram profundamente o universo cultural do Brasil colônia. Somente com a reforma universitária promovida pelo Marquês de Pombal e a reação antiescolástica ocorrida em Portugal é que as influências se transformaram, os jesuítas foram expulsos do Brasil e da metrópole e uma primeira geração de cientistas fez-se perceber em terras brasileiras. Para Santos, esses primeiros cientistas brasileiros formularam o projeto de independência nacional.

Com a chegada da Família Real ao Brasil em 1808, a abertura dos portos e a criação da Imprensa Régia, revogam-se as proibições para a impressão e circulação de livros, jornais e revistas, criam-se as faculdades de medicina do Rio de Janeiro e da Bahia, a Escola de Belas Artes e a Academia Militar. Após a independência em 1822, criaram-se as Faculdades de Direito de Olinda, Pernambuco e São Paulo que formaram os centros de discussão do pensamento científico, econômico, social e político brasileiro. Somente em 1919 é que surge a Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio de Janeiro e, em 1933, em São Paulo, é organizada a Escola Livre de Sociologia e Política.

Santos salienta que o longo período que vai da independência até a década de 1930 deixou os intelectuais brasileiros desprovidos de instituições especializadas na absorção, geração e difusão de conhecimentos sociais. Conclui-se que a produção intelectual de conhecimentos sociais no Brasil teve pouco impulso até 1930.

A evolução das ciências sociais resulta, para Santos, da junção de dois processos:

...por um lado é necessário que a sociedade seja suficientemente complexa para que se torne exigência objetiva a constituição de um saber capaz de permitir a intervenção racional nas interações sociais; de outro, é também indispensável que a disciplina já se tenha de tal modo desenvolvido que possa responder ao desafio e às exigências do processo social. (Santos, 1978: 28)

No Brasil essa conjunção de processos só ocorreu após a abolição da escravidão, do surgimento da sociedade de classes e da absorção dos métodos e técnicas do trabalho científico moderno.

Seguindo a análise cronológica do autor, mostra-se o fim da Guerra do Paraguai (1870) por ser um marco importante no qual se viu o surgimento de

...um Exército nacional relativamente organizado, com o prestígio de haver vencido uma guerra, e conseqüentemente credor da gratidão nacional, e vulnerável a pregações modernizadoras, especialmente aquelas que contemplassem um regime onde a ordem, a disciplina, e evidentemente seus garantidores, fossem prezados e cultivados. (Santos, 1978:37)

Esse período pós-guerra também é marco da influência positivista sobre os militares, principalmente no norte do país.

A década de 1920 é marcada pelas obras de Oliveira Vianna e Gilberto Freire que elaboram uma extensa e complexa agenda de problemas, tais como os de raça, as funções do Estado, os limites do privatismo e a legitimidade do poder público.

1930 e a revolução aparecem até a década de 1970 como o núcleo de problemas a serem resolvidos teórica e praticamente. A significação da revolução envolve os militares e a relação destes com as demais forças sociais. O tenentismo, os movimentos de 1935 e 1938, surtos comunistas e integralistas, mostram a violência como tema no processo político.

Apesar da ausência de sistematização acadêmica, até a década de 1930, diversos autores solidificaram o repertório de problemas nacionais mediante classificações das mais diversas e podem até hoje ser utilizados para entender o Brasil. Eram conservadores, outros eram autoritários, integralistas, católicos, indecisos, revolucionários ou somente inquietos.

Esse processo de análise dos problemas brasileiros sofreu ruptura quando do golpe de Estado de 1937 que paralisou, pela propaganda e coação, a atividade intelectual vigente. Alguns intelectuais chegaram a ser presos e as ideias que defendiam trocaram de lugar com as doutrinas oficiais.

A ruptura só teve fim com a queda de Vargas em 1945. Somente após isso houve a retomada da atividade intelectual no Brasil alimentada pelos investigadores e cientistas sociais formados nas Faculdades de Filosofia e Escolas de Sociologia nacionais.

Na busca por explicar o caminho percorrido no Brasil pelas análises sociais, Santos aponta a dicotomia entre liberalismo e autoritarismo como o aspecto marcante das análises no período da década de 1930. A dicotomia se explica pela forma especial de se perceber o conflito político.

Tal percepção dicotômica não se viu nas análises do período anterior, no qual os intelectuais registravam os movimentos políticos bem sucedidos. Para esses, a política era vista “como permanente disputa pelo poder, empreendida por homens hábeis e experientes, onde o conteúdo específico de orientações políticas alternativas é avaliado segundo os resultados tático-políticos que produz.” (Santos, 1978: 42)

No período conhecido como Primeira Republica (1889-1930) os militares faziam parte da classe mais baixa da sociedade, juntamente com funcionários, comerciantes e trabalhadores da indústria. A classe superior era formada pelos industriais e proprietários de terras. A quebra do monopólio político vigente à época, somada ao crescimento da pequena burguesia, formou o cenário necessário para os levantes militares de 1922, 1924 e 1926, culminando com a revolução de 1930.

O autor procura explicar a década de 1930 e as seguintes conforme destacado a seguir:

O paradigma que está por trás de todas as análises da década de 30 e seguintes é também o da ordem burguesa. É esta concepção de organização social que permite identificar dicotomias e, particularmente, que permite sugerir regras de ações para reduzi-las. (Santos, 1978: 54)

Como conclusão da obra, Santos apresenta que a problemática da ordem social no Brasil altera-se radicalmente após 1964. O poder público já não era mais necessário para impor a ordem burguesa sobre a oligarquia rural. O que permanece é a predominância do poder das classes superiores sobre o melhor

aproveitamento das instituições públicas e seus interesses impedem a expansão do poder público e impõem as regras de distribuição dos objetivos sociais, evitando ainda a possibilidade de que organizações doutrinárias promovam mudanças sociais ou revoluções.

O estudo dessa obra de Wanderley Guilherme dos Santos mostra que a ordenação do pensamento político e social brasileiro pode ser visto por diversos ângulos, porém o importante é reter que não existe uma história única de ideias políticas e sociais no Brasil.

Em outra obra, datada de 1970, Wanderley Guilherme dos Santos procura apresentar a política brasileira vigente na década de 1970 a partir do que considera o esforço de expressão de avaliações de alguns homens com aguçada percepção e que gozavam de certo poder de influência sobre a opinião pública, porém não utilizavam métodos científicos nas suas análises. O autor explica que talvez eles não dispusessem de tempo ou habilidade para desenvolverem pesquisas cuidadosas e tentaram racionalizar os acontecimentos políticos para suas audiências. Esses analistas eram normalmente jornalistas políticos, altos burocratas, economistas e líderes políticos.

A imaginação política, portanto, é aquele primeiro laboratório onde as ações humanas, não importa se significantes ou insignificantas, relacionadas ou não umas às outras, entram como matéria prima, são processadas e transformam-se em história política.

Os principais determinantes que constituem a imaginação política são: premência de tempo, dados heterogêneos e fragmentados, disposição interior e perícia pessoal. (Santos, 1970: 138)

O reflexo de toda essa imaginação política é sentido no comportamento político dos públicos influenciados, suas ações, movimentos e escolhas políticas futuras.

Para exemplificar como ocorre a formação de uma imaginação política, Santos se vale das análises dos formadores de opinião dos acontecimentos ocorridos em 1964.

Ele separa os formadores de opinião que escreveram sobre 64 em dois grupos: os que eram contra o movimento e os que eram a favor. Três anos após o movimento já era possível separar 114 textos desses dois grupos.

Novamente caímos na forma dicotômica de análise dos fatos sociais e políticos que já foram explicitados no texto anterior de Wanderley Guilherme dos Santos.

Outro autor, Bernardo Ricupero, propõe-se a mostrar as diversas interpretações do Brasil no período compreendido entre a Proclamação da República (1889) e a década de 1930 que corresponde ao pleno desenvolvimento da universidade nacional. Ele se pergunta o motivo pelo qual essas interpretações não ocorreram antes e nem se desenvolveram com o mesmo impulso depois desse período traçado em sua análise.

A explicação que dá à primeira dúvida é que entende como normal o fato de os intelectuais, após a independência, estarem preocupados em descrever a emancipação mental, em formar uma crítica literária propriamente brasileira e uma historiografia nacional. A escravidão também foi obstáculo para as Ciências Sociais no Brasil antes da República, já que havia certo acordo tácito para que esse assunto fosse deixado de lado e os assuntos que tomavam conta da literatura eram os mandos e desmandos do Imperador, a centralização e a descentralização política.

A segunda pergunta é explicada pelo autor com o argumento de que a universidade mudou o padrão de reflexão sobre o país. A prevalência de ensaios foi substituída por monografias acerca de temas específicos, acarretando perdas no sentido de obliterarem a compreensão de como esses temas são inseridos num quadro mais amplo e vantagens no sentido de que os trabalhos apresentavam maior rigor científico.

Convém ressaltar que essa obra de Ricupero localiza claramente no tempo a evolução das interpretações do Brasil, consoante com o que foi apresentado anteriormente por Wanderley Guilherme dos Santos.

Antonio Marcelo J. F. da Silva³⁷ escreveu sua tese de doutorado acerca dos escritos de Tavares Bastos e pode ser utilizada para bem esclarecer o pensamento liberal brasileiro.

A ideia de indivíduo que Tavares Bastos possuía é a seguinte: a forma como o indivíduo age está condicionada pela maneira como ele se insere no meio social. Ele compreendia o conjunto das ações individuais como reflexo daquilo que fora produzido historicamente pelo social, tanto de maneira positiva quanto de maneira negativa. A ideia de liberdade é o que Bastos defende.

Ao analisar o conceito de poder político segundo Rousseau, Bastos declara que a forma como foi estabelecido, distorceu o fundamento original, tornando-se necessário um novo pacto onde a soberania residiria unicamente na vontade geral. Para Tavares Bastos esse poder no Brasil tornou-se corrupto em virtude da maneira como a propriedade foi tratada desde o início como exemplo de desigualdade entre os que detêm a propriedade e os outros desprovidos. O modelo jurídico-político foi construído de tal maneira que os direitos e obrigações civis serviriam para apenas uma parcela da sociedade, sem causar estranheza nas outras parcelas, que consideravam isso tudo muito natural.

Este é o meio que pode explicar como é o indivíduo que nele nasce, vive sem ter um espírito público e ao mesmo tempo é permissivo em relação ao escravismo.

Tavares Bastos, portanto, não defendia um modelo de liberalismo anglo-saxão, pois, acreditando na influência do meio para formar o indivíduo, admitia a tese de que o Estado poderia, de cima para baixo, suprir essa ausência de liberdade dos indivíduos, sendo esta a única alternativa para o caso brasileiro. Bastos concorda com Rousseau em que o Estado precisa ser forte para reduzir a desigualdade entre os homens.

Para Tavares Bastos a reforma do Estado seria o caminho para se concertar a maneira incorreta e promíscua da sociedade tratar com as instituições políticas. O caminho seria a despolitização do poder público, a profissionalização do

³⁷ Antônio Marcelo Jackson F. da Silva (2005). Tavares Bastos: Biografia do Liberalismo Brasileiro. Tese de doutorado IUPERJ.

funcionalismo e o enxugamento da máquina estatal, visando tão somente a funcionalidade da própria máquina.

Eduardo Raposo³⁸ escreveu artigo que esclarece como ocorreu a formação e o caráter do Estado Brasileiro a partir da discussão das desigualdades encontradas nas relações existentes na moderna sociedade brasileira. Para o autor, existe um paradoxo na formação das instituições públicas brasileiras que advém dos temas de modernidade difundidos da Europa protestante e também dos países que sofreram as consequências da Revolução Francesa em contraste com as influências ibéricas e seu controle político na base de construção dos Estados no Brasil.

Esse paradoxo explica a existência de duas tradições no Brasil que se enfrentam em um movimento oscilatório constante com o objetivo de consolidar as instituições políticas nacionais segundo seus interesses. Uma tradição visava a democracia, o desenvolvimento econômico e a justiça social. A outra tradição visava usar as instituições públicas como moeda de troca em barganhas corporativas e negociações políticas.

É este sentido paradoxal que procuro atribuir à expressão “Leviatã-ibérico”, Leviatã, como metáfora hobbesiana das sociedades que se organizaram politicamente a partir de um pacto que transferiu para o Estado atribuições e compromissos, fazendo-o responsável pela ordem e pela segurança pública. (Raposo, 2008, p. 60)

A respeito do Estado brasileiro, acrescenta Eduardo Raposo, um aspecto central e inicial deve ser destacado: foi forjado no curso de sua história sob a influência de tradições civilizatórias diferentes e mesmo paradoxais, o que trouxe características e consequências que se desdobram até o dia de hoje. Em sua fase colonial, sofreu a fortíssima influência da metrópole portuguesa que era gerida por um Estado na luta de retomada de controle sobre populações e territórios que estavam nas mãos dos árabes há sete séculos. Portugal, que foi o primeiro país a surgir no mundo moderno, já no século XII, nunca teve seu Estado regulado e limitado pela atuação dos grupos de comerciantes e de religiosos que, cada vez mais fortes e independentes, surgiram nos países da Europa continental. Essa

³⁸ Raposo, Eduardo (2008). O Leviatã Ibérico: modernidade, corporativismo e desigualdade na formação institucional brasileira. *Desigualdade e Diversidade Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio*, n.2 jan/jun 2008.

situação de força do Estado e de falta de projetos alternativos por parte de outros grupos sociais marcou toda a história portuguesa tendo transbordado para as terras brasileiras como efeito da colonização aqui implantada.

Raposo é incisivo ao referir-se à influência ibérica na formação da identidade da América Latina como sendo fruto desse paradoxo entre a busca pela dominação pura e a realização dos objetivos da modernidade burguesa.

No Brasil fica evidente para Raposo que essa cultura híbrida tenha influenciado a formação de nossas instituições públicas que se caracterizam por serem hierárquicas, corporativas e patrimoniais.

Os anos da década de 1930 também trazem fortes consequências para a formação das instituições nacionais brasileiras, pois a industrialização que se propagou por aqui foi sob a tutela de um Estado forte que controlou as atividades estratégicas, os orçamentos e um considerável funcionalismo público, além da criação e controle sobre conselhos e associações patronais.

A prosperidade advinda do desenvolvimentismo instaurado na Nova República propiciou oportunidades de ganho para os grupos aliados aos governantes. O controle político passou a ser objetivo de conquista, já que representava também o poder para transformar as instituições políticas de acordo com os interesses particulares, enquanto que os demais grupos tentavam desestabilizar essas instituições que os excluía.

Esta dinâmica fez oscilar permanentemente as identidades e atribuições das instituições públicas nacionais à mercê das pressões e dos interesses das diferentes coalizões políticas que se alternavam historicamente no poder. (Raposo, 2008, p. 62)

Assim, a instabilidade da vida política nacional desenvolveu-se em simbiose com o Estado corporativo que então estava sendo constituído, Estado que, tendo sido o principal estrategista da modernização nacional, consolidou uma sociedade estratificada e hierarquizada. Tais aspectos foram decisivos para a formação social, política e institucional do Brasil moderno. (Raposo, 2008, p. 63)

Essa instabilidade é a manifestação que melhor sintetiza a ambigüidade do Estado constituído no Brasil, Estado que distribuiu desigualmente os resultados da modernidade que, sob sua liderança, se instalou no país. Tal ambigüidade nos remete a outros paradoxos da formação social e institucional brasileira, cunhados pelos seus principais intérpretes – como atraso e modernidade; centro e periferia;

público e privado; desenvolvimento e subdesenvolvimento; estatismo e liberalismo; ordem oligárquica e ordem burguesa; democracia e hierarquia; iberismo e americanismo; desenvolvimento nacional e desenvolvimento global –, que procuram chamar a atenção para nosso hibridismo civilizatório. Estas tensões precisam ser compreendidas para ajudar a explicar o que é o Brasil. (Raposo, 2008,p. 63)

Essas três citações acima esclarecem a opinião do autor acerca da formação das identidades das instituições públicas nacionais, do padrão político que vigora dos anos 30 até os dias de hoje e o tipo de formação social que se instalou no país.

No capítulo seguinte de sua obra, Raposo trata das origens e processos. Descreve sobre a formação do Estado forte francês e dos Estados fracos, o inglês e o norteamericano, perante suas sociedades civis. Explica que o feudalismo não chegou a deixar herança considerável nos países ibéricos o que trouxe consequências diretas para o tipo de centralização e desenvolvimento das instituições desses países e influenciou na formação das instituições dos países que colonizaram na América. Essa forte centralização é vista como considerável obstáculo para a consolidação da democracia, como presenciamos na história de nosso país e nos demais do continente.

Tal como vimos nas interpretações de Wanderley Guilherme dos Santos, Raposo também ressalta a reforma pombalina (1755-1777) como importante marco na trajetória política de Portugal e também do Brasil no sentido da modernidade.

A independência do Brasil realizada por um português manteve a centralização do poder do Estado sobre a sociedade civil. A Constituição promulgada em 1824 era unitária e centralizadora. Outro fato importante dessa época para entendermos a formação da identidade do Exército Brasileiro, está na militarização da Guarda Nacional que foi possível através da Lei Interpretativa do Ato Adicional que entrou em vigor em 1841. Os poderes locais foram aniquilados e a autoridade das assembleias das províncias foi limitada.

Apoiado em Schwartzman e Weber, Raposo evidencia o patrimonialismo no Brasil como decorrência normal de um Estado formado sem a presença de revoluções burguesas. Luiz Werneck Vianna também é citado por Raposo como

sendo partícipe dessa constatação de que o patrimonialismo é um dos principais traços de nossa formação.

O corporativismo no Brasil é evidenciado por termos um Estado que concede o monopólio a algumas entidades para representarem interesses de grupos da sociedade, sendo este um corporativismo do tipo estatal no qual as subunidades territoriais estão muito subordinadas ao poder da burocracia central.

O hibridismo da formação social brasileira fica claro para Raposo após apresentadas suas duas argumentações anteriores. A primeira argumentação vem das raízes ibéricas com suas características de centralismo, patrimonialismo e corporativismo. A segunda argumentação é a do desenvolvimento de uma agenda moderna, voltada para democracia e para o desenvolvimento.

É significativo e peculiar que tal hibridismo, presente em diferentes interpretações sobre a formação brasileira, tenha resistido e se adaptado a todos os períodos de nossa história recente, transformando-se em uma marca da nossa sociedade. (Raposo, 2008, p. 75)

Tivemos no Brasil diversos períodos de crescimento econômico, de desenvolvimento industrial, de modernização, democratização e redemocratização, sem deixarmos de perceber também que ocorria a prática da desigualdade e da exclusão. Essa característica híbrida do nosso Estado nos coloca em crise diante do desafio de uma realidade global em transformação.

3.4. A formação da instituição Exército Brasileiro

Para entendermos o Exército Brasileiro, sua formação e desenvolvimento, seguiremos a concepção da perspectiva organizacional adotada por Edmundo Campos Coelho. Wanderley Guilherme dos Santos prefacia a obra de Coelho dizendo que, talvez não deliberadamente, a percepção tradicional foi subvertida e a história política do Brasil foi vista sob um novo ângulo, o da evolução da organização militar. Para Santos

[...] o fio condutor da análise consiste em abordar o comportamento do Exército Brasileiro – ao longo da História – como expressão do estágio de amadurecimento, complexidade e peso social relativo em que se encontrava, a cada momento, o próprio Exército, enquanto organização complexa. (Coelho, 1976, p. 9)

Coelho sugere que três processos conexos marcam a evolução do Exército dentro de um lapso temporal que vai da proclamação da independência até 1976 quando ele escreveu sua obra. O primeiro processo refere-se ao grau de interesses e necessidades da própria organização como fatores de seu comportamento político; o segundo processo é o crescente grau de autonomia nas relações com outros segmentos da sociedade; e o terceiro processo caracteriza-se pelo progressivo “fechamento” aos influxos da sociedade civil.

A análise dos momentos iniciais da formação do Exército como instituição no período da independência do Brasil leva a percepção de que havia uma sensível ação ostensiva, desenvolvida por políticos da época, chamada de política de erradicação. Essa política de erradicação caracterizou-se por ser uma forma violenta, durante o primeiro império, de hostilização contra a existência de uma força armada permanente e profissional. Durante o segundo império e a República Velha essas ações hostis foram dissimuladas, porém permaneceu a marginalização, sob formas mais prudentes, tais como a cooptação das lideranças militares. A origem talvez seja a natural repulsa nutrida na população pelas tropas coloniais portuguesas que eram repressoras e violentas. Soma-se a essa repulsa a característica da oficialidade do Exército que era formada de “brasileiros adotivos” leais ao imperador e, só depois dele, leais à nação brasileira que começara a existir. Naquele período de independência vivia-se o espírito antimilitar liberal. Coelho cita um pronunciamento de um parlamentar durante a constituinte de 1823:

Desde que as nações passaram a ter forças militares regulares e disciplinadas, elas foram escravizadas, porque as corporações que vivem debaixo de leis tão duras e despóticas, como são os regulamentos militares, que interesses podem ter de que outros cidadãos gozem de legislação mais doce e fácil... Esse bem não chega para o soldado, eles não têm, pois, interesse em que ela exista. (Santos, 1976, p. 38)

A classe política do Império nunca se acomodou com a existência de um Exército nacional. Para eles deveria existir uma milícia civil e regional, formada por cidadãos-soldados. Uma das consequências desse incômodo é percebida pela redução drástica dos efetivos do Exército em 1831 que passou de cerca de 30.000 homens para pouco mais de 14.300. Com a exceção do período da Guerra do Paraguai, somente após a proclamação da República é que os efetivos do Exército voltaram aos níveis de 1830.

Naquele período não era apenas a classe política que tinha preconceito contra os militares. As formas violentas com que ocorria o recrutamento militar, o tratamento desumano, os constantes castigos físicos e o atraso de até dois anos no pagamento dos soldos promovia na classe das massas uma imagem de que os militares eram grosseiros e violentos. Essa imagem negativa do Exército prevaleceu no seio da sociedade brasileira até os anos de 1930. A carreira militar só atraía aqueles jovens com tradição militar na família e os que não tinham alternativa de emprego. Toda essa política de erradicação provocou certa hibernação na caserna. O Exército acabou por se ajustar ao cenário negativo e adaptou-se para continuar existindo. O retraimento à rotina dos quartéis por mais de meio século foi a saída encontrada.

A história nacional tem descrito a questão militar como uma das razões para proclamação da República. Segundo Coelho, a perspectiva do Exército pode ser formada pelas suas aspirações frustradas, por uma crise de liderança, por clivagens internas e, por fim, pela democratização do Exército. Quando Coelho fala das aspirações frustradas, fala do desaparecimento e do treinamento deficiente que na caserna se intensificou após a Guerra do Paraguai quando os recursos financeiros minguaram para as forças armadas. A crise de liderança surgiu após a morte do Duque de Caxias em 1880. Coelho faz a seguinte citação: “no auge da questão militar escreveu Deodoro à Cotegipe, a respeito dos repetidos fatos tendentes à humilhação da classe militar, que “se ainda vivesse Caxias, fatos de tal natureza certamente não se dariam.””(Coelho, 1976, p. 49) Com a morte de Caxias os militares sentiram que o Exército estava acéfalo e desprotegido. As clivagens internas estavam por conta de dois grupos que perseguiram objetivos diferentes. O grupo dos militares mais antigos queria ver a honra da corporação restabelecida, enquanto o grupo dos jovens oficiais queria a derrubada do regime monárquico. Não havia unidade de pensamento e isso ficou evidente durante a República Velha. A democratização do Exército ocorre depois da morte de Caxias que foi considerado um líder carismático que tinha acesso aos subordinados, mas, como todo líder desse tipo, não lhes era acessível. Para Coelho, a facilidade com que os oficiais subalternos acessavam Deodoro e as demais autoridades militares levanta a suspeita de que, livre da influência da democratização, dificilmente Deodoro teria optado pela alternativa de deposição da monarquia.

A ascensão militar ocorre com a proclamação da República e significou para o Exército o rompimento da relação de dependência absoluta da sociedade civil, já que passava a ser detentor do poder. Esse momento de individualização da instituição também marca a consciência de que era necessária a aquisição de uma identidade para o Exército.

Com a proclamação da República, este sentimento de individualidade manifestou-se, sobretudo entre os oficiais “científicos”, sob a forma de uma aguda consciência de sua condição militar e da existência do Exército como entidade única e distinta da sociedade brasileira. [...] O nascer desta autoconsciência e auto-estima militares, não fora, entretanto, acompanhada da criação de instituições, valores e ideais e de perspectivas propriamente profissionais, isto é, de um *caráter militar* distinto. [...] elas terminaram por servir quase que exclusivamente à função de fornecer aos oficiais, individualmente, uma auto-imagem lisonjeira que os compensava dos vexames e privações anteriores. (Coelho, 1976, p. 65 e 66)

Para Coelho, faltou aos militares uma liderança de tipo institucional, com a presença de uma perspectiva sistêmica que deixasse de fora oportunismos e vantagens de curto prazo, em prol de políticas de médio e longo prazo para transformar a organização em instituição na consciência de seus membros.

Entre os militares permaneceu o mito da função moderadora presente no período imperial. Os militares nutriram um sentimento de que a sociedade brasileira precisava se regenerar por ação até mesmo ditatorial.

A classe política que retoma o poder com a eleição de Prudente de Moraes, sucedendo o Marechal Floriano Peixoto, fez a cooptação de lideranças militares através da coparticipação no mando político e das benesses dos cargos burocráticos da administração militar. A decorrência refletiu-se nas precárias condições de funcionamento do Exército, com equipamentos deficientes, armamento obsoleto, falta de munição para treinamento, baixas condições de vida nos corpos de tropa para os militares não cooptados pela classe política.

O Exército mostrara-se, durante as campanhas de Canudos, incapaz de desempenhar com eficiência até mesmo a sua função constitucional menos questionável, a de defesa da ordem interna. Os sucessivos fracassos na luta contra os sertanejos de Antonio Conselheiro atingiram fundo a já abalada credibilidade na competência profissional do Exército. (Coelho, 1976, p. 75)

O marco do início da virada do Exército em busca de sua profissionalização ocorreu durante o governo de Hermes da Fonseca (1910-1914). O cenário foi marcado pela Revolta da Chibata (1910) e pela Guerra Santa do Contestado (1912). Naquele clima de insatisfações dentro dos quartéis um grupo de jovens oficiais foi mandado estagiar no Exército alemão. Na verdade foram três grupos distintos enviados à Alemanha. O primeiro grupo em 1906, o seguinte em 1908 e o último em 1910. Esses grupos, que foram pejorativamente chamados de “jovens turcos”, deram início a uma campanha de aperfeiçoamento profissional que mudaria o Exército. A atuação dos grupos ameaçava aqueles oficiais que recebiam privilégios que não fossem pelo merecimento profissional. Foram muito hostilizados por oficiais superiores, abalados em seus interesses individuais, já que recebiam privilégios advindos da cooptação de políticos civis. Já entre o grupo dos oficiais subalternos, as ideias dos jovens turcos tiveram plena repercussão. Beirando a utopia, os jovens turcos idealizavam a promoção das reformas e o aperfeiçoamento militar apesar das regras do jogo político.

Em suma, a concepção de um Exército Brasileiro apolítico era a de uma organização desvinculada de seu contexto societal, idealizada na identificação de seus interesses com os interesses nacionais, impermeável aos conflitos no seu meio ambiente. A artificialidade desta concepção foi comprovada quando os mais ardentes de seus divulgadores, os jovens turcos, viram-se eles próprios, no centro de conspirações políticas. (Coelho, 1976, p. 81)

Durante a década de 1920 intensificou-se as mudanças no Exército pela modernização e profissionalização. Uma missão militar francesa foi recebida no Exército Brasileiro e deu impulso às mudanças, em meio aos movimentos tenentistas (1922 e 1924) que eram inspirados pelo desejo de “alterar aspectos do regime que constituíam um obstáculo real à formulação de uma política militar ajustada às aspirações dos quadros mais profissionalizados e modernizantes do Exército.” (Coelho, 1976, p. 87) Esse movimento tenentista mostrou-se, mais uma vez, um esforço em busca de melhorias de curto prazo. As reivindicações giravam em torno dos problemas imediatos e as questões da organização militar tornaram-se secundárias. Alguns expoentes dos movimentos tenentistas alcançaram cargos políticos e, como nos primeiros anos da República, acomodaram-se a ponto de serem domesticados pela classe política. O que restou de positivo desse movimento foi o fim da velha elite militar e a ascensão dos

oficiais mais competentes formados dentro da concepção da missão militar francesa.

A importância dos jovens turcos e da missão militar francesa atribuída por um civil, cientista social, Edmundo Campos Coelho é corroborada por Jeovah Motta³⁹, coronel do quadro de estado-maior que serviu ao Exército por 37 anos e especializou-se na formação da oficialidade da instituição. Motta escreve o que está citado a seguir:

Depois do Marechal Hermes, como ministro e presidente (1907-1914) tivemos a guerra na Europa e novo Governo. Dois fatores atuaram então, favorecendo a ação do novo ministro, General Caetano de Farias: a própria guerra, com o seu clima propício às iniciativas no campo da administração militar, de um lado, e do outro, a ação dinamizadora dos oficiais que haviam estagiado na Alemanha.

Embora pouco numerosos, esses oficiais se fizeram muito atuantes, já nos gabinetes de comando, já através de *A Defesa Nacional*, em cujas páginas os problemas eram lançados em tom persuasivo e vibrante. (Motta, 1998, p. 221)

O ano de 1919 foi para o Brasil, administrativamente, um ano tampão [...] mas para o Exército foi tempo muito produtivo, graças à ação de um ministro muito capaz e operoso, o General Alberto Cardoso de Aguiar. A guerra vinha de terminar, os seus ensinamentos ainda estavam sendo compendiados. O ministro agiu célere, [...] deixou de sua ação traços marcantes, dentre eles se destacando o contrato da Missão Francesa, para instruir o Exército e assessorar o Estado-Maior, as encomendas de aviões e armamento, a reorganização do quadro de oficiais, o enquadramento das escolas militares num esquema geral coerente. [...] A Missão Francesa há dois anos estava no Brasil e já conhecia muito bem os diversos aspectos peculiares à nossa situação militar. (Motta, p. 222)

Motta destaca três reformas marcantes no Exército. A reforma de Hermes em 1908, que resultou nas ações dos Jovens Turcos, a polêmica reforma Caetano de Faria em 1915 e a de 1921 do Ministro Calógeras que serviu para assinalar o ingresso do Exército na era moderna em relação aos aspectos de organização, ordem de batalha e comando.

Com essas colocações acerca das reformas e suas datas, percebemos que Motta e Coelho, um militar e o outro civil, analisam o Exército de forma semelhante e nos dão uma base sólida para percebermos que a instituição começou a formar sua identidade como é reconhecida até hoje não antes da segunda metade da República Velha.

³⁹ Motta, Jeovah (2001) *Formação do Oficial do Exército*. Rio de Janeiro. Biblioteca do Exército Editora

Encerrada a República Velha (1930), a consolidação do Exército como instituição passava pela necessidade de se atingirem níveis inéditos de coesão interna para atender às necessidades do Estado Novo. Nesse período, portanto, surgem com maior clareza os traços mais marcantes da identidade do Exército Brasileiro com a adoção de uma doutrina militar de efeitos duradouros.

Em parte, a eficiência da doutrina no que diz respeito à identidade do Exército deveu-se à forma pela qual sua liderança absorveu e reinterpretou para consumo do espírito militar o impacto da Revolução Constitucionalista de 1932, da II Grande Guerra e, sobretudo, da Intentona Comunista de 1935. Pois se a Intentona estimulou a coesão militar, a doutrina deu-lhe um propósito. (Coelho, 1976, p. 98)

Em outro ponto marcante Motta e Coelho concordam que é a importância das reestruturações impetradas pelo General Pedro Aurélio de Góes Monteiro como Ministro da Guerra entre 1934 e 1938. Góes Monteiro foi reconhecido por sua capacidade intelectual e técnica. Motta escreve sobre Góes Monteiro o seguinte:

Imaginou, então, notabilizar-se na gestão de sua pasta realizando administração renovadora, com toques de modernidade e de ineditismos. [...] E, para seus propósitos, cercou-se de um brilhante grupo de oficiais, filhos diletos da Missão Francesa, e ávidos por uma reestruturação geral do Exército. Do irrequietismo ministerial e das concepções desse grupo nasceria, em 1934 e 1935, um conjunto de leis que, de fato, colocariam sob outros moldes a nossa estrutura militar. (Motta, p. 227)

De igual modo Coelho destaca a importância de Góes Monteiro para a reestruturação do Exército:

O que chamaremos de doutrina e política militar da época foi obra intelectual deste homem do qual se disse, significativamente, que “já era general desde tenente”. [...] O que de imediato distingue o pensamento de Góes Monteiro é a total ausência dos usuais clichês e lugares-comuns que em todas as épocas, sobretudo nas de crise, os chefes militares utilizam para ocultar divergências e clivagens internas ou para consumo diário do espírito militar. [Coelho cita Góes Monteiro] “Sempre achei que vivemos num país que, a despeito das aparências em contrário, tem uma espécie de repulsa pelo espírito militar, sendo que, desde os tempos coloniais, o que tem prevalecido nas organizações *soi-disant* militares é o espírito miliciano ou pretoriano e não o verdadeiro espírito do soldado.” (Coelho, 1976, p. 100 e 101)

Na sua simplicidade aparente de ideias, Góes Monteiro foi, segundo Coelho, o primeiro militar a expor uma concepção coerente e global entre o Exército e a sociedade civil. As concepções anteriores procuravam colocar o

Exército em semelhança com a sociedade civil e seu espírito. O pensamento de Góes Monteiro dava uma dimensão própria do Exército – uma identidade. Coelho destaca esse pensamento citando a fala do próprio ministro:

“... sendo o Exército um instrumento essencialmente político, a consciência coletiva deve-se criar no sentido de se fazer a política do Exército, e não a política no Exército... A política do Exército é a preparação para a guerra, e a esta preparação interessa e envolve todas as manifestações e atividades da vida nacional, no campo material [...] e no campo moral, sobretudo no que concerne à educação do povo e à formação de uma mentalidade que sobreponha a tudo os interesses da Pátria.” (Coelho, 1976, p. 103)

Essa identidade do Exército passa a ser reconhecida pela sociedade ao passo que um sentimento de solidariedade militar passa a vigorar na caserna fruto das reestruturações que sofreu a instituição.

A intencionalidade Comunista fechou o ciclo dos pronunciamentos isolados de guarnições e corpos de Exército. A organização militar atingira o grau de complexidade a partir do qual qualquer ação haveria de requerer o concurso de unidades com funções de tal maneira interdependentes que só o controle de órgãos centrais de coordenação, tais como os Estados-Maiores, seria capaz de garantir condições de sucesso. A esta “solidariedade orgânica” sobrepôs-se, durante o Estado Novo – e pela primeira vez na história do Exército -, uma doutrina definidora do papel da organização militar na sociedade brasileira. O sistema de comunicações organizacional, já bem desenvolvido, foi mobilizado para difusão dessa doutrina e para a criação de um sentimento comunitário. (Coelho, 1976, p. 111 e 112)

A solidariedade, embora não sendo unidade de pensamento, facilita o desenvolvimento de uma comunidade de perspectivas, ainda que circunscrita à interpretação de alguns poucos fatos. Mas se estes fatos são centrais na vida da organização eles constituirão um poderoso fator de integração cognitiva. (Coelho, 1976, p. 113)

Essa solidariedade marca a instituição até hoje, juntamente com a disciplina e a hierarquia. Dessa maneira, o que se viu e ainda se vê é que a representação de ideias e opiniões originárias dos escalões subordinados é mal suportada. Desenvolveu-se a ideia de que os escalões superiores devem ser sempre preservados em sua autoridade e prestígio. “A tese que predominou foi a de que o Exército não é um partido onde as várias tendências possam se manifestar livre e independentemente da linha hierárquica. [...] Também as organizações têm seu processo de aprendizado.” (Coelho, 1976, p. 118 e 119)

Percebe-se que o Estado Novo trouxe para o Exército a perceptível transformação de uma organização em instituição. Grosso modo, antes de 1930

era uma organização e após 1930 passou a ter poder, tornou-se uma unidade ativa, uma instituição com identidade própria.

A leitura que Edmundo Campos Coelho faz dos anos posteriores a 1930 até 1976, quando escreveu sua análise, é que o Estado brasileiro carecia de uma identidade que incorporasse a autoridade nacional e fosse reconhecida por todos os segmentos da sociedade. Este período de crise de identidade do Estado propiciou que instituições procurassem impor suas concepções de Estado Nacional. Em 1964 o Exército buscou novamente a liderança desse processo de definição de Estado Nacional como ocorreu em 1930.

Conclusão

Depois de acompanharmos neste capítulo como ocorreu a formação da sociedade brasileira, das instituições do Exército, temos que ter em mente o que defende o cientista político José Murilo de Carvalho⁴⁰. Para ele as forças armadas não são simples representantes de grupos sociais. A sociologia tem mostrado que as organizações possuem características e vidas próprias. Ele concorda com a definição de Goffman acerca das instituições totais.

Essas instituições, pelo fato de envolverem todas as dimensões da vida de seus membros, constroem identidades fortes. Quando plenamente desenvolvidas, requerem de seus membros uma radical transformação de personalidade. São exemplos desse fenômeno as antinomias entre homem velho e homem novo, nas ordens religiosas, e entre militar e paisano, nas organizações militares. Uma identidade mais forte aumenta o grau de autonomia da organização em relação ao meio ambiente. (Carvalho, p. 13)

Com todo esse arcabouço teórico podemos passar para o estudo da carreira profissional de militares destacados como estereótipos, modelos que devem ser seguidos pelos mais jovens na caserna. Como vimos neste capítulo, sendo o Exército uma instituição com identidade forte, é de se esperar que seus membros também tenham identidades fortes. No capítulo seguinte conheceremos quais foram os valores cultuados por alguns militares considerados “patronos” pelo Exército para entendermos melhor o caráter dos militares quando provados na

⁴⁰ Carvalho, José Murilo de (2006). *Forças Armadas e Política no Brasil*. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora

prática da profissão. Veremos também toda a bibliografia militar que trata dos valores militares.